

CONTRATO DE RATEIO nº 01/2019

CONTRATO DE RATEIO QUE DELIMITA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DA POLICLÍNICA, BEM COMO O CUSTEIO DO MICRO-ÔNIBUS CELEBRADO ENTRE CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JACOBINA O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DASAÚDE E OS MUNICÍPIOS DE: CAEM, CALDEIRÃO GRANDE, CAPIM GROSSO, JACOBINA, MAIRI, MIGUEL CALMON, MIRANGABA, OUROLÂNDIA, PIRITIBA, QUIXABEIRA, SÃO JOSÉ DO JACUIPE, SAÚDE, SERROLÂNDIA, UMBURANAS, VARZEA DA ROÇA, VARZEA DO POÇO E VARZEA NOVA.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JACOBINA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 32.104.619/0001-32, com sede na Avenida Centenário, nº 420 Bairro – NAZARÉ - CEP 44.700-000, neste ato representado, por seu Presidente, **JOSÉ RICARDO LEAL REQUIÃO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 329.976.715-15, resolve celebrar o presente instrumento por intermédio dos membros relacionados: **ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Ala Sul, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, doravante denominado simplesmente **ESTADO**, representado, neste ato, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **RUI COSTA**, por intermédio da **SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 400, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, representada, neste ato, por seu Secretário, Sr. Fábio Vilas-Boas Pinto, e os municípios de: **CAEM** - CNPJ nº 13.913.348/0001-11 representado pelo Prefeito, **GILBERTO FERREIRA MATOS**, CPF/MF nº 456.099.505-20; **CALDEIRÃO GRANDE** - CNPJ nº 13.913.355/0001-13, representado pelo Prefeito, **CANDIDO PEREIRA DA GUIRRA FILHO**- CPF/MF nº 380.783.175-49; **CAPIM GROSSO** - CNPJ nº 13.230.982/0001-50, representado pela Prefeita, **LYDIA FONTOURA PINHEIRO**, CPF/MF nº 070.445.855-15; **JACOBINA** - CNPJ nº 14.197.586/0001-30, representado pelo Prefeito, **LUCIANO ANTONIO PINHEIRO**, CPF/MF nº 213.749.965-72; **MAIRI** - CNPJ nº 14.212.872/0001-28, representado pelo Prefeito, **JOSÉ BONIFACIO PEREIRA DA SILVA**, CPF/MF 278.074.285-20; **MIGUEL CALMON** -CNPJ nº 13.913.363/0001-60, representado pelo Prefeito, **JOSÉ RICARDO LEAL REQUIÃO**, CPF/MF nº 329.976.715-15; **MIRANGABA** - CNPJ nº 13.913.371/0001-

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'P/B', 'Rui Costa', 'José Ricardo Leal Requião', and others.]

06, representado pelo Prefeito, **ADILSON ALMEIDA DO NASCIMENTO**, CPF/MF nº 353.690.195-68; **OUROLÂNDIA** - CNPJ nº 16.444.150/0001-24, representado pelo Prefeito, **JOÃO DANTAS DE CARVALHO**, CPF/MF nº 016.904.185-91; **PIRITIBA** - CNPJ nº 13.795.786/0001-22, representado pelo Prefeito, **SAMUEL OLIVEIRA SANTANA**, CPF/MF nº 002.034.895-94; **QUIXABEIRA** - CNPJ nº 16.443.723/0001-03, representado pelo Prefeito, **REGINALDO SAMPAIO SILVA**, CPF/MF nº 501.760.645-91; **SÃO JOSÉ DO JACUIPE** - CNPJ nº 16.443.632/0001-60, representado pelo Prefeito, **ERISMAR ALMEIDA SOUZA**, CPF/MF nº 294.248.208-79; **SAÚDE** - CNPJ nº 14.197.628/0001-33, representado pelo Prefeito, **SERGIO LUIZ SILVA PASSOS**, CPF/MF nº 110.534.965-91; **SERROLÂNDIA** - CNPJ nº 14.196.703/0001-41, representado pelo Prefeito, **JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA**, CPF/MF nº 474.506.225-72; **UMBURANAS** - CNPJ nº 16.449.902/0001-40, representado pelo Prefeito, **ROBERTO BRUNO SILVA**, CPF/MF nº 392.016.355-91; **VARZEA DA ROÇA** - CNPJ nº 13.896.758/0001-00, representado pelo Prefeito, **LOURIVALDO SOUZA FILHO**, CPF/MF nº 074.667.145-87; **VARZEA DO POÇO** - CNPJ 13.913.389/0001-08, representado pelo Prefeito, **MANOEL CARNEIRO FILHO**, CPF/MF 521.159.685-49; **VARZEA NOVA** - CNPJ nº 13.231.006/0001-11, representado pelo Prefeito, **JOÃO HEBERT ARAÚJO DA SILVA**, CPF/MF nº 026.687.315-42; que passam a dispor sobre o rateio das despesas inerentes ao funcionamento da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE.

O conjunto dos Municípios acima qualificados doravante será denominado simplesmente **MUNICÍPIOS**.

O Estado e os municípios serão conjuntamente, doravante denominados de **CONSORCIADOS**.

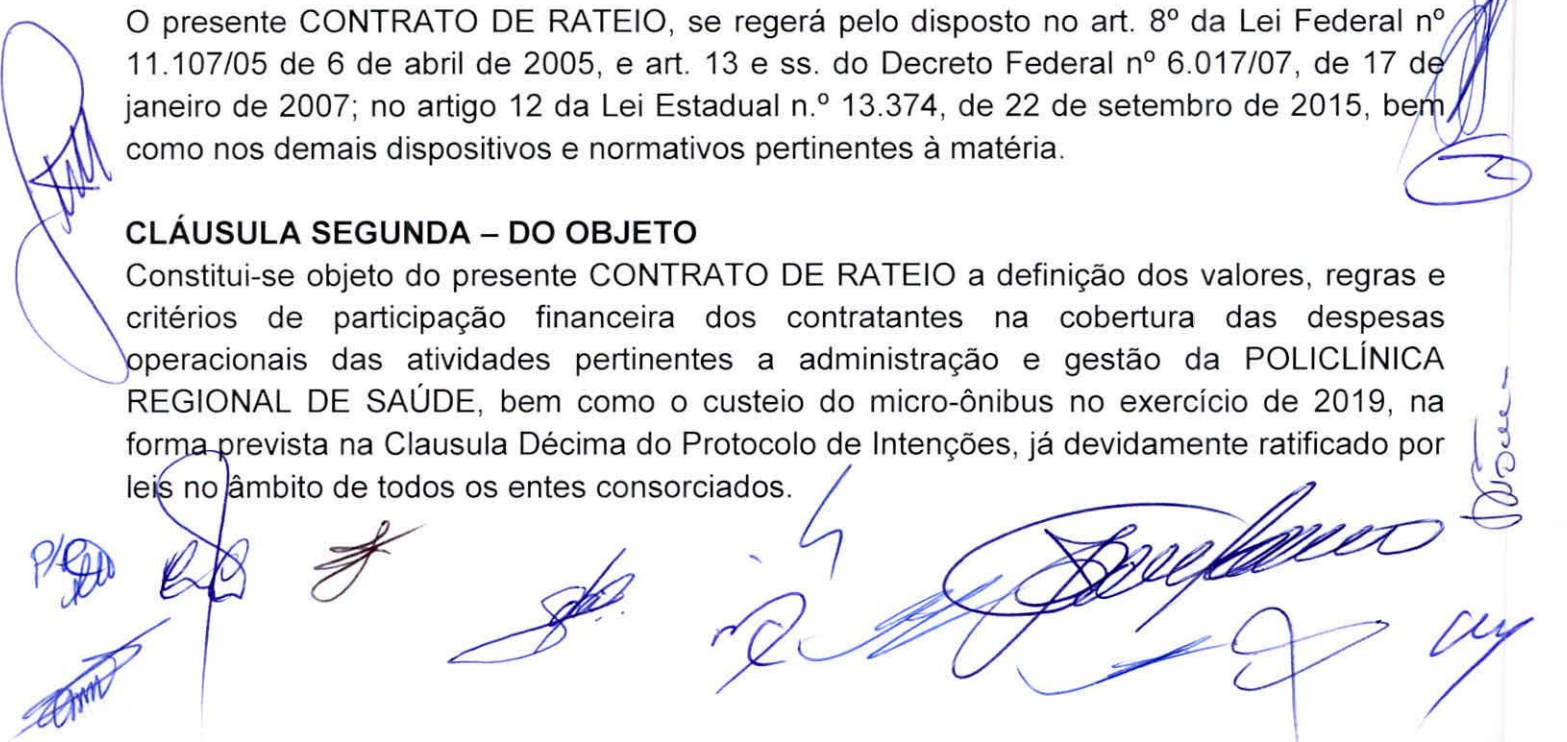
Assina também o presente contrato, como interveniente, o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JACOBINA**, doravante denominado simplesmente de **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO, se regerá pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05 de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; no artigo 12 da Lei Estadual nº 13.374, de 22 de setembro de 2015, bem como nos demais dispositivos e normativos pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente CONTRATO DE RATEIO a definição dos valores, regras e critérios de participação financeira dos contratantes na cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE, bem como o custeio do micro-ônibus no exercício de 2019, na forma prevista na Clausula Décima do Protocolo de Intenções, já devidamente ratificado por leis no âmbito de todos os entes consorciados.

The bottom of the page contains several handwritten signatures in blue ink. On the left side, there are three distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'Douglas'. On the right side, there are two more signatures, one of which is partially obscured by the edge of the page. The signatures are written over the bottom portion of the text, particularly over the 'CLÁUSULA SEGUNDA' section.

Parágrafo Único – O presente contrato será revisado e atualizado a cada exercício financeiro conforme parágrafo primeiro do artigo 7º da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005 e artigo 12 da Lei Estadual n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes de execução deste Contrato correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias de todos os entes consorciados.

Parágrafo Único – os consorciados signatários atestam, sob as penas da lei, que nos seus respectivos orçamentos há dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste contrato, conforme previsto no artigo 9º da Lei n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Os custos operacionais mensais para as despesas inerentes ao funcionamento da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE no exercício de 2019 estão estimados em R\$ 754.267,36 (Setecentos cinquenta quatro mil, duzentos sessenta sete reais, trinta seis centavos), distribuídos conforme tabela abaixo:

Contrato de Rateio para Policlínica

Código Orçamentário/Contábil	Descrição da Natureza da Despesa	Valor em R\$/mes	Valor em R\$/ano
31 71 7000	Pessoal e Encargos Sociais	507.675,86	6.092.110,32
33 71 7000	Despesas de Custeio	246.591,50	2.959.098,00
44 71 7000 *	Despesas de Investimento	0,00	0,00

* Valor a ser utilizado dentro do limite indicado no parágrafo sétimo

Parágrafo Primeiro – O rateio das despesas entre os entes consorciados será feito conforme o **Anexo I** deste Contrato.

Parágrafo Segundo – As contas mensais referentes a cada um dos itens de despesas constantes da tabela do caput são as estabelecidas nos Anexo I deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – O Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.

(Handwritten signatures and initials in blue ink are present throughout the page, including a large signature on the right side and several smaller ones at the bottom.)

Parágrafo Quarto: Os entes consorciados efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do Consórcio necessárias à consolidação de demonstrativos fiscais. Para tanto, o Consórcio deverá encaminhar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, para os entes consorciados, as informações sobre a execução das despesas por grupo de natureza de despesa, função e subfunção.

Parágrafo Quinto: Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes consorciados computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Sexto – Caso o consórcio não encaminhe as contas dentro do prazo estabelecido no parágrafo quarto deste artigo, as apurações nos demonstrativos ocorrerão da seguinte forma:

- I) Todo o valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de pessoal entrará na despesa bruta com pessoal ativo do Ente consorciado;
- II) Nenhum valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de despesas com saúde será computado para os limites nos demonstrativos.

Parágrafo Sétimo – O Consorcio poderá realizar aquisição de equipamentos para ampliação e modernização de serviços. Este recurso financeiro somente será transferido pelos entes consorciados, após aprovação em Assembléia Geral, até 10% do valor global do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os entes consorciados devem integralizar suas cotas mensais até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo Primeiro - O pagamento das obrigações para cobertura do custeio do Consórcio de que trata o presente contrato de rateio será realizado pelos Municípios mediante a transferência de cotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, do qual é depositário o BANCO DO BRASIL S/A.

Parágrafo Segundo - Para efetivação dos pagamentos estabelecidos neste contrato, os MUNICÍPIOS aderem ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A, conforme TERMO DE ADESÃO que faz parte integrante deste instrumento, pelo que fica expressamente autorizado pelos MUNICÍPIOS o BANCO DO BRASIL S/A, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar nas contas corrente onde são depositados os créditos referentes ao rateio do ICMS, quando do crédito da primeira cota mensal, ou nas subsequentes caso o valor da primeira cota seja

Handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and a large signature on the right. There are also some smaller marks and initials scattered around.

insuficiente, os valores necessários à quitação das parcelas, nos seus respectivos vencimentos.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento a que se refere esta cláusula, nos termos do §1º, do artigo 60, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, devendo, contudo os entes consorciados efetuarem as devidas regularizações orçamentárias e contábeis

Parágrafo Quarto - Caso, durante a vigência deste contrato, o BANCO DO BRASIL S/A deixe de ser o depositário das cotas do ICMS, os MUNICÍPIOS se obrigam a aditarem o presente instrumento, atribuindo à nova instituição depositária das cotas do ICMS as atribuições do BANCO do BRASIL S/A.

Parágrafo Quinto - Fica desde já certo e ajustado que na hipótese de qualquer reforma tributária que implique extinção das cotas do ICMS repassadas ao CONSÓRCIO, serão as mesmas substituídas, para os mesmos efeitos, pelos recursos financeiros ou cotas que se criarem em sua substituição.

CLÁUSULA SEXTA: DOS APORTES DO ESTADO

O Estado da Bahia compromete-se a, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, efetuar o pagamento ao Consórcio das obrigações assumidas por força deste contrato.

Parágrafo Primeiro - Para garantia e como meio de efetivo pagamento da obrigação financeira decorrente deste contrato, o Estado da Bahia cede e transfere ao Consórcio, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo "pro solvendo", e nos exatos valores que se tornarem exigíveis nos termos deste contrato mediante liberação de recursos financeiros da fonte Estadual repassados ao Consórcio. Os valores correrão por conta das dotações orçamentárias consignados na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro em curso.

Parágrafo Segundo - Verificado a inadimplência do Estado no cumprimento das disposições do caput, o Consórcio ou qualquer um dos entes consorciados são parte legítimas para exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio, inclusive mediante notificação escrita, solicitar do Estado medidas imediatas para regularização da situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio e/ou constituir como ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art 10, inciso XV da Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992.

Parágrafo Terceiro – as despesas decorrentes da execução deste Contrato serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias do Tesouro Estadual, estando desde já consignadas no orçamento da Secretaria Estadual de Saúde ou quando insuficientes,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

estando já autorizada a abertura de créditos adicionais para suportar as despesas assumidas por meio deste contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ADITIVOS EDISTRATOS

Os repasses, nos montantes e na forma disposta nas Cláusulas quarta, quinta e sexta deste contrato e seus respectivos parágrafos são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante Distrato/Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência em Assembléia de todos os partícipes, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato de Programa.

Parágrafo Único – Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Quarta e seus respectivos parágrafos não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante “Termo Aditivo” e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com anuência em Assembléia de todos os partícipes, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSÓRCIADOS

São obrigações dos entes consorciados:

- I – Repassar recursos financeiros ao CONTRATADO conforme os valores estabelecidos no presente CONTRATO DE RATEIO;
- II – Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO DE PROGRAMA, quando na condição de adimplente;
- III - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO.

- I- Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos definidos no CONTRATO DE PROGRAMA, observadas as normas da contabilidade pública;
- II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;
- III – Informar mensalmente a todos os consorciados as despesas realizadas com os recursos repassados com base no presente CONTRATO DE RATEIO;
- IV - Os recursos repassados ao CONSÓRCIO poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, pelo objeto do Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA.

Para os efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a vigência será adstrita ao exercício financeiro 2019 e seu prazo não será superior ao das dotações que o suportam, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

Handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and a signature on the right. There are also some scribbles and initials scattered around the text.

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelos CONSORCIADOS, na pessoa do Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JACOBINA, Presidente, JOSÉ RICARDO LEAL REQUIÃO, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 329.976.715-15, especialmente designada pela Administração para esse fim, doravante denominado (a) simplesmente GESTOR deste contrato, conforme determina o art. 67 da Lei nº. 8.666/93.

Para o acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula, compete ao Gestor, entre outras atribuições:

I - solicitar do CONSÓRCIO e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

II- verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e a adequação dos procedimentos, para garantir a Programação Pactuada Consorcial;

A ação da fiscalização não exonera o CONSÓRCIO e seus administradores de suas responsabilidades contratuais.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato de Rateio, os partícipes elegem o foro da Comarca de Jacobina - Bahia renunciando a quaisquer outros.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente CONTRATO DE RATEIO em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, será publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Jacobina, 15 de Fevereiro de 2019.

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JACOBINA

Prefeito do Município de Miguel Calmon.

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

TESTEMUNHAS:

Nome: RG: _____

Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _____

Assinatura: _____



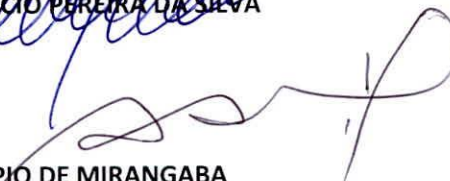
MUNICÍPIO DE CAÉM
GILBERTO FERREIRA MATOS



MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO
LYDIA FONTOURA PINHEIRO



MUNICÍPIO DE MAIRI
JOSÉ BONIFÁCIO PEREIRA DA SILVA



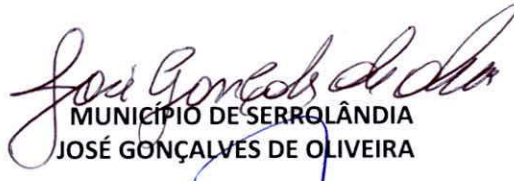
MUNICÍPIO DE MIRANGABA
ADILSON ALMEIDA DO NASCIMENTO



MUNICÍPIO DE PIRITIBA
SAMUEL OLIVEIRA SANTANA



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE
ERISMAR ALMEIDA SOUZA



MUNICÍPIO DE SERROLÂNDIA
JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA




MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA
LOURIVALDO SOUZA FILHO



MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA
JOÃO HEBERT ARAÚJO DA SILVA




MUNICÍPIO DE CALDEIRÃO GRANDE
CANDIDO PEREIRA DA GUIRRA FILHO



MUNICÍPIO DE JACOBINA
LUCIANO ANTONIO PINHEIRO



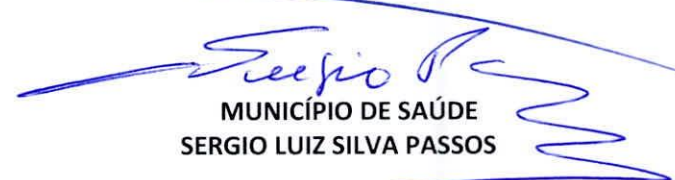
MUNICÍPIO DE MIGUEL CALMON
JOSÉ RICARDO LEAL REQUIÃO




MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA
JOÃO DANTAS DE CARVALHO



MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA
REGINALDO SAMPAIO SILVA



MUNICÍPIO DE SAÚDE
SERGIO LUIZ SILVA PASSOS



MUNICÍPIO DE UMBURANAS
ROBERTO BRUNO SILVA



MUNICÍPIO DE VÁRZEA DO POÇO
MANOEL CARNEIRO FILHO

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SAÚDE DE JACOBINA
RATEIO DO CUSTEIO DA POLICLÍNICA DA REGIÃO DE SAÚDE DE JACOBINA**

Nº	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2018		80% CUSTEIO DA POLICLÍNICA & MICRO ÔNIBUS			
		TOTAL	PERCENTUAL	POLICLÍNICA	MICRO ÔNIBUS	CUSTO MÉDIO MENSAL POR MUNICÍPIO	CUSTO MÉDIO ANUAL POR MUNICÍPIO
1	CAÉM	9.372	2,76	15.473,96	1.199,62	16.673,58	200.082,97
2	CALDEIRÃO GRANDE	13.260	3,91	21.893,38	1.697,28	23.590,66	283.087,93
3	CAPIM GROSSO	30.451	8,98	50.277,18	3.897,73	54.174,90	650.098,85
4	JACOBINA	80.394	23,70	132.737,29	10.290,43	143.027,72	1.716.332,69
5	MAIRI	18.753	5,53	30.962,79	2.400,38	33.363,17	400.358,07
6	MIGUEL CALMON	26.159	7,71	43.190,72	3.348,35	46.539,07	558.468,87
7	MIRANGABA	18.195	5,36	30.041,48	2.328,96	32.370,44	388.445,32
8	OUROLÂNDIA	17.389	5,13	28.710,71	2.225,79	30.936,50	371.238,02
9	PIRITIBA	24.538	7,23	40.514,31	3.140,86	43.655,18	523.862,12
10	QUIXABEIRA	8.990	2,65	14.843,25	1.150,72	15.993,97	191.927,64
11	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	10.417	3,07	17.199,35	1.333,38	18.532,72	222.392,69
12	SAÚDE	12.883	3,80	21.270,92	1.649,02	22.919,95	275.039,36
13	SERROLÂNDIA	13.347	3,94	22.037,03	1.708,42	23.745,44	284.945,30
14	UMBURANAS	19.034	5,61	31.426,74	2.436,35	33.863,10	406.357,15
15	VÁRZEA DA ROÇA	14.087	4,15	23.258,83	1.803,14	25.061,96	300.743,57
16	VÁRZEA DO POÇO	9.130	2,69	15.074,40	1.168,64	16.243,04	194.916,50
17	VÁRZEA NOVA	12.772	3,77	21.087,65	1.634,82	22.722,47	272.669,62
TOTAL		339.171	100,00	560.000,00	43.413,89	603.413,89	7.240.966,66

RATEIO DO CUSTEIO DA POLICLÍNICA DA REGIÃO DE SAÚDE DE JACOBINA

FONTE	RATEIO MENSAL POLICLÍNICA	RATEIO MENSAL MICRO ÔNIBUS	TOTAL RATEIO MENSAL	TOTAL RATEIO ANUAL
Tesouro Estadual	20,00	140.000,00	10.853,47	150.853,47
Tesouro Municipal	80,00	560.000,00	43.413,89	603.413,89
TOTAL	100,00	700.000,00	54.267,36	754.267,36

1050,00 -

[Handwritten signatures and initials in blue ink]